

5

Considerações finais

A Educação Infantil vem a cada dia ganhando relevância na agenda da política educacional do país. Com importante atuação de atores não governamentais, as duas últimas décadas do século XX representam um momento de intensas transformações na história do atendimento educacional à criança pequena.

Por outro lado, a mudança de paradigma dessa etapa da Educação Básica resulta de uma série de eventos consolidados no cenário político do país e nesse momento, a partir das últimas avaliações diagnósticas da qualidade da educação brasileira que acabaram por revelar um cenário de tensão em relação à municipalização do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, premissa da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional nº. 9394/96 a Educação Infantil passa a ser compreendida como fundamental na consolidação dessa qualidade.

Para Saviani (2007, p.1247), “as avaliações têm mostrado que o ensino municipal constitui um ponto de estrangulamento” para o aprimoramento da qualidade da educação. De fato, a atual ferramenta de avaliação da educação no país, o IDEB, tem sinalizado a necessidade de maiores incrementos na educação municipal, face aos baixos índices aí alcançados.

A instalação desse indicador e as metas a ele associadas suscitaram questionamentos em relação à condição a que a Educação Infantil esteve relegada no decorrer dos anos e direcionou o discurso dos atores governamentais para a universalização do atendimento à Educação Infantil como ação estratégica na busca por uma educação de qualidade. Porém, ainda há impasses a serem discutidos e resolvidos, pois quando se trata da educação da criança de zero a cinco anos, embora no texto da LDB essa etapa se subdivida em duas modalidades de atendimento – creche e pré-escola - a creche tem sido deixada a margem das políticas e ações.

A garantia do acesso de todas as crianças brasileiras à Educação Infantil é um desafio emergente e na ânsia do cumprimento de suas obrigações, os municípios responsáveis por essa oferta vem empreendendo ações estratégicas que, em muitas situações não se dão em condições ideais.

Enfim, a Educação Infantil ocupa hoje um lugar jamais ocupado na história. Ela é objeto de estudos e pesquisas, é tema de debates e discussões e foco das atenções político educacionais, porém, há que se ter o devido cuidado com esse momento em que as perspectivas da Educação Infantil são positivas a fim de que não se perca de vista o compromisso político, ético e estético com as crianças a quem ela se destina.

A partir dos resultados do presente estudo pode-se concluir que, como gestor, o Estado tem se mobilizado no sentido de cumprir suas incumbências de colaborar, fomentar e assessorar os entes federados assumindo suas responsabilidades e tem desenvolvido estratégias de indução para a implantação de políticas nacionais e locais. Contudo, a autonomia dos municípios abre precedentes para que as políticas nacionais sejam geridas pelos governos locais que as interpretam e aplicam de acordo com suas interpretações e especificidades.

Considerando a situação da Educação Infantil no município pesquisado, ao relacionarmos o número da população de 0 a 6 anos com o número de matrículas, foi possível constatar que a cobertura do atendimento ainda é ínfima. E, que na urgência de cumprimento de suas responsabilidades, Belo Rio tem adotado estratégias emergenciais como a municipalização das Casas da Criança, o convênio com instituições filantrópicas e comunitárias e a implantação de turmas de Educação Infantil em espaços das escolas de Ensino Fundamental.

Cabe destacar que, face à necessidade de ampliar o atendimento objetivando o cumprimento de metas que resultam no aumento do volume de recursos financeiros, estratégias de emergência vêm sendo adotadas e nem sempre contemplam as especificidades da primeira etapa da Educação Básica.

E é ainda mais grave constatar que esse cenário se agrava quando esse mapeamento engloba a todos os municípios da Baixada Fluminense, pois no que se refere às matrículas de Educação Infantil na rede pública, de um total de 448.082 crianças de 0 a 6 anos residentes nesses municípios, apenas 9,2% são atendidas.

Sem a pretensão de generalizar, o campo pesquisado serve como parâmetro de avaliação desta realidade quando o total de matrículas em creches e pré-escolas públicas municipais em 2009 foi de 3.970 matrículas. Este total, somado ao total de matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental (3.375), perfaz um total

de 7.345 matrículas de 0 a 6 anos gerando assim um percentual de 11,8% de cobertura.

O estudo possibilitou ainda a constatação de que a implantação de turmas de Educação Infantil nos espaços do Ensino Fundamental tem sido a medida viável para o atual momento da política pública municipal de atendimento à pré-escola e, conseqüentemente de ampliação da cobertura à demanda da Educação Infantil tendo em vista que, a medida, além de ampliar a oferta de vagas na pré-escola favorece também a desocupação dos espaços das creches, possibilitando o aumento da oferta de vagas para as crianças de 0 a 3 anos.

E, apesar de, nas entrevistas, estar indicada como uma estratégia emergencial da política municipal de Educação Infantil, não há perspectivas de mudanças nesse cenário e, ao contrário, a sua ampliação é entendida como uma conquista pela equipe responsável por essa etapa de Educação Básica no órgão gestor.

Sedução, conquista e sensibilização são imperativos no processo de consolidação desta que entre as estratégias desenvolvidas, vem sendo considerada a mais eficiente no atendimento a demanda, quando a implantação das turmas está condicionada à adesão dos diretores das unidades escolares e à existência de espaços ociosos. E, quando há a manifestação do desejo de adesão e não existem espaços ociosos, são providenciados os puxadinhos.

Tais iniciativas podem ser compreendidas como um esforço de gestão da demanda e que, dada a urgência do atendimento essas são as condições reais atuais que, posteriormente podem ser alteradas. Todavia, sendo essa a solução viável para esse momento é necessário que aspectos fundamentais para uma Educação Infantil de qualidade não sejam esquecidos. Desta forma, os espaços devem ser organizados de forma a garantir o pleno desenvolvimento da criança e a integração entre as faixas etárias a fim de evitar a fragmentação da Educação Infantil promovendo uma cisão entre creche, pré-escola e Ensino Fundamental; exigir a formação inicial e continuada dos profissionais que atenda a determinação legal e favoreça o conhecimento das especificidades do trabalho nessa etapa; a realização de concurso público de forma a suprimir a rotatividade de profissionais; a avaliação da redução da jornada integral tendo em vista a ampliação da oferta.

Faz-se necessário, entretanto pontuar a urgência de políticas públicas municipais que efetivamente, garantam o acesso de todas as crianças à Educação

Infantil e que aquelas já existentes são ainda inconsistentes em suas propostas e carecem de consolidação. Que haja comprometimento nas parcerias firmadas através dos convênios com o conhecimento das orientações advindas do Estado no repasse dos recursos financeiros levando em conta a meta de municipalização destas instituições.

Enfim, concludo a presente pesquisa esperançosa de que, de alguma forma tenha contribuído para a elaboração de políticas públicas municipais e avaliação das ações já implementadas a fim de que, o município, no cumprimento de suas responsabilidades possibilite as crianças pequenas residentes em seu território o exercício de sua cidadania lhe garantindo aquilo que lhes é um direito.